

Chuvas evitam uso emergencial de térmicas

Por | Do Rio

Chuvas evitam uso emergencial de térmicas

Chico Santos
Do Rio

O período seco, do ponto de vista dos reservatórios das hidrelétricas brasileiras, terminou no dia 30 de novembro com boas notícias e alguma apreensão já parcialmente dissipada nos primeiros dias de dezembro. As metas de economia de água nos principais reservatórios do país foram batidas com folga e com zero de gasto em energia térmica, segundo o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp.

Previsões de chuvas abaixo da média em dezembro, exceto na região Norte, somadas a um recálculo para baixo da participação da energia do rio Madeira no Sistema Interligado Nacional (SIN), com a entrada em operação da primeira unidade da usina de Santo Antonio, fizeram, porém, com que o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) da primeira semana de dezembro desse um salto de 41,5% em relação à média de novembro.

O PLD para carga média, inicialmente calculado em R\$ 46,88 por megawatt/hora (MWh), pas-

sou para R\$ 64,47 em todas as quatro regiões produtoras de energia, ante uma média de novembro, também recalculada, de R\$ 45,55 (o valor anterior era R\$ 42,66). Só que as últimas chuvas já fizeram o PLD, que é a base dos preços do mercado livre, cair a R\$ 52,45, sempre tomando por base a carga média (os preços são ligeiramente diferentes para as cargas pesada e leve).

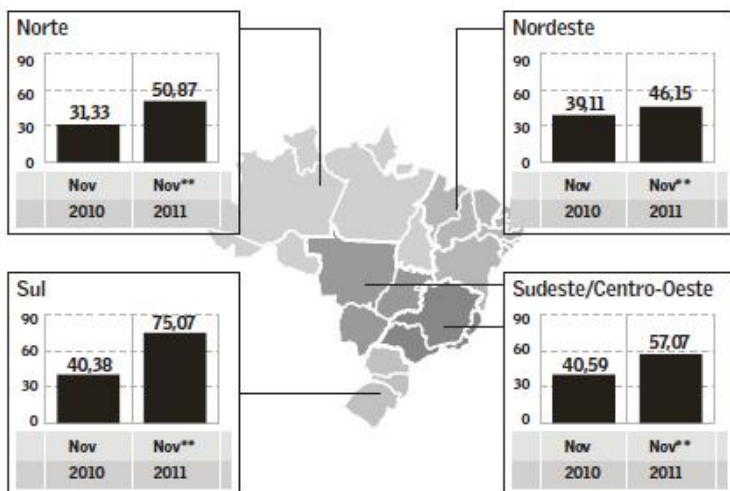
No primeiro semestre deste ano, ainda durante as chuvas do verão, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) definiu em

42% o nível mínimo que os reservatórios do sistema Sudeste/Centro-Oeste deveriam ter em 30 de novembro e em 25% o mínimo dos reservatórios do Nordeste. Nesse dia, os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste tinham 57,07% de água, e os do Nordeste, 46,15%, níveis muito superiores aos 40,59% e 39,11%, respectivamente, registrados no mesmo dia de 2010.

A diferença é que para alcançar a economia desejada em 2010 foi necessário que o consumidor pagasse R\$ 670, 8 milhões para o acionamento de usinas termelétricas

Com mais água

Nível dos reservatórios*, em % da capacidade máxima



Fonte: NOS. * Das hidrelétricas, por região. ** Dado de 30/11/11

cas enquanto este ano, segundo disse Chipp ao Valor, nenhuma térmica foi acionada “por razões de segurança energética”.

O acionamento das térmicas

por medida de segurança energética é o que define o sobrepreço pago pelo consumidor para poupar água nos reservatórios e evitar riscos de apagão no inverno/pri-

mavera seguinte se o período chuvoso do verão/outono for fraco. O modelo de metas foi criado em 2008 pelo comitê de monitoramento, justamente quando as chuvas atrasaram e os reservatórios do Nordeste caíram a cerca de 13% da capacidade. Naquele ano o país gastou R\$ 2 bilhões para evitar colapso no abastecimento e o preço da energia no mercado livre chegou perto de R\$ 600 por MWh.

O PLD é determinado por um modelo matemático que leva em conta, basicamente, a água armazenada e a água que flui para os reservatórios das hidrelétricas, isso porque a energia hidrelétrica é a mais barata e responde por mais de 80% do abastecimento brasileiro. Agentes do mercado livre de energia reclamam que o PLD, por sua volatilidade, não seria o parâmetro ideal para balizar os preços.

Chipp disse que enquanto a base do sistema elétrico brasileiro for hídrica, ele é que deve ser o parâmetro, mas disse também que os

órgãos que atuam no setor estão trabalhando na busca de aperfeiçoamentos do modelo que reduzam a volatilidade do PLD.

A situação confortável do momento não afasta preocupações com o futuro. Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, calcula que nos últimos 30 anos, enquanto a capacidade de geração elétrica do país mais que dobrou, o crescimento da capacidade de armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas cresceu na casa dos 20%, reduzindo drasticamente a capacidade do sistema para resistir a períodos de seca prolongada.

Na raiz da constatação está o debate do setor elétrico com os órgãos ambientais sobre se o país deve a partir de agora construir apenas hidrelétricas com pequenos reservatórios, evitando inundações de grandes áreas, ou se no futuro a necessidade de recurso a fontes termelétricas trará prejuízos ambientais maiores do que os causados pelos reservatórios.



Hermes Chipp, do ONS: modelo do PLD, que é a base dos preços do mercado livre, está sendo aperfeiçoado, para que a sua volatilidade seja reduzida

O período seco, do ponto de vista dos reservatórios das hidrelétricas brasileiras, terminou no dia 30 de novembro com boas notícias e alguma apreensão já parcialmente dissipada nos primeiros dias de dezembro. As metas de economia de água nos principais reservatórios do país foram batidas com folga e com zero de gasto em energia térmica, segundo o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp.

Previsões de chuvas abaixo da média em dezembro, exceto na região Norte, somadas a um recálculo para baixo da participação da energia do rio Madeira no Sistema Interligado Nacional (SIN), com a entrada em operação da primeira unidade da usina de Santo Antonio, fizeram, porém, com que o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) da primeira semana de dezembro desse um salto de 41,5% em relação à média de novembro.

O PLD para carga média, inicialmente calculado em R\$ 46,88 por megawatt/hora (MWh), passou para R\$ 64,47 em todas as quatro regiões produtoras de energia, ante uma média de novembro, também recalculada, de R\$ 45,55 (o valor anterior era R\$ 42,66). Só que as últimas chuvas já fizeram o PLD, que é a base dos preços do mercado livre, cair a R\$ 52,45, sempre tomando por base a carga média (os preços são ligeiramente diferentes para as cargas pesada e leve).

No primeiro semestre deste ano, ainda durante as chuvas do verão, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) definiu em 42% o nível mínimo que os reservatórios do sistema Sudeste/Centro-Oeste deveriam ter em 30 de novembro e em 25% o mínimo dos reservatórios do Nordeste. Nesse dia, os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste tinham 57,07% de água, e os do Nordeste, 46,15%, níveis

muito superiores aos 40,59% e 39,11%, respectivamente, registrados no mesmo dia de 2010.

A diferença é que para alcançar a economia desejada em 2010 foi necessário que o consumidor pagasse R\$ 670, 8 milhões para o acionamento de usinas termelétricas enquanto este ano, segundo disse Chipp ao Valor, nenhuma térmica foi acionada "por razões de segurança energética".

O acionamento das térmicas por medida de segurança energética é o que define o sobrepreço pago pelo consumidor para poupar água nos reservatórios e evitar riscos de apagão no inverno/primavera seguinte se o período chuvoso do verão/outono for fraco. O modelo de metas foi criado em 2008 pelo comitê de monitoramento, justamente quando as chuvas atrasaram e os reservatórios do Nordeste caíram a cerca de 13% da capacidade. Naquele ano o país gastou R\$ 2 bilhões para evitar colapso no abastecimento e o preço da energia no mercado livre chegou perto de R\$ 600 por MWh.

O PLD é determinado por um modelo matemático que leva em conta, basicamente, a água armazenada e a água que flui para os reservatórios das hidrelétricas, isso porque a energia hidrelétrica é a mais barata e responde por mais de 80% do abastecimento brasileiro. Agentes do mercado livre de energia reclamam que o PLD, por sua volatilidade, não seria o parâmetro ideal para balizar os preços.

Chipp disse que enquanto a base do sistema elétrico brasileiro for hídrica, ele é que deve ser o parâmetro, mas disse também que os órgãos que atuam no setor estão trabalhando na busca de aperfeiçoamentos do modelo que reduzam a volatilidade do PLD.

A situação confortável do momento não afasta preocupações com o futuro. **Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil**, calcula que nos últimos 30 anos, enquanto a capacidade de geração elétrica do país mais que dobrou, o crescimento da capacidade de armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas cresceu na casa dos 20%, reduzindo drasticamente a capacidade do sistema para resistir a períodos de seca prolongada.

Na raiz da constatação está o debate do setor elétrico com os órgãos ambientais sobre se o país deve a partir de agora construir apenas hidrelétricas com pequenos reservatórios, evitando inundações de grandes áreas, ou se no futuro a necessidade de recurso a fontes termelétricas trará prejuízos ambientais maiores do que os causados pelos reservatórios.